



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO – SEDURB

CONSELHO ESTADUAL DAS CIDADES – CONCIDADES/ES

Ata da 1ª Reunião das Comissões Temáticas do Conselho Estadual das Cidades – ConCidades/ES

001	Aos vinte e sete dias do mês de julho de dois mil e vinte e seis, às dez horas,
002	realizou-se, de forma presencial, na sede da Secretaria de Estado de
003	Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano – SEDURB, a Reunião de
004	Alinhamento das Comissões Temáticas do Conselho Estadual das Cidades do
005	Estado do Espírito Santo – ConCidades/ES, com a presença de Marcos Soares ,
006	Secretário de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano e
007	Presidente do ConCidades/ES; Ivan Rocha , Vice-Presidente do ConCidades/ES;
008	Marlos Lopes, Secretário-Geral do Conselho; Sônia Mareth , Coordenadora da
009	Comissão Temática de Habitação; Fábio Smarçaro , Coordenador da Comissão
010	Temática de Saneamento Ambiental; Jardel Santos , Coordenador da Comissão
011	Temática de Mobilidade Urbana; e Lucas Damm , representante da Vice-
012	Presidência. A reunião teve por objetivo formalizar o início dos trabalhos das
013	Comissões Temáticas do Conselho, eleitas na última reunião ordinária, bem
014	como promover o alinhamento quanto à organização e ao funcionamento dos
015	colegiados, à definição de pautas prioritárias e à preparação dos trabalhos para
016	a próxima reunião ordinária do Conselho, prevista para o dia dezanove de agosto
017	de dois mil e vinte e seis. Aberta a reunião, o Secretário-Geral do Conselho
018	apresentou os objetivos do encontro e destacou a importância da articulação
019	entre as Comissões Temáticas para a efetiva retomada dos trabalhos do
020	ConCidades/ES. Na oportunidade, foram registrados os coordenadores das
021	Comissões Temáticas, a saber: Comissão Temática de Habitação, coordenada
022	por Sônia Mareth; Comissão Temática de Saneamento Ambiental, coordenada
023	por Fábio Smarçaro; Comissão Temática de Mobilidade Urbana, coordenada por
024	Jardel Santos; e Comissão Temática de Planejamento e Gestão Urbana,
025	coordenada por Ana Paula, que não participou da reunião. Foi também registrado
026	que Ivan Rocha exerce a função de Vice-Presidente do Conselho, tendo
027	participado da reunião por meio de representação de Lucas Damm. Na
028	sequência, o Presidente do ConCidades-ES, Marcos Soares , ressaltou que as
029	Comissões Temáticas possuem papel fundamental na indicação de assuntos e
030	pautas a serem submetidos às reuniões ordinárias do Conselho. Destacou,
031	ainda, que a próxima reunião ordinária, agendada para o dia dezanove de agosto
032	de dois mil e vinte e seis, demandará articulação prévia entre os coordenadores
033	das Comissões Temáticas, tendo em vista a necessidade de definição da pauta
034	e de preparação das contribuições a serem apresentadas. Em seguida, iniciou-
035	se o debate acerca do saneamento como tema prioritário para atuação do
036	Conselho. Foram abordados desafios relacionados ao saneamento na Região



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO – SEDURB

CONSELHO ESTADUAL DAS CIDADES – CONCIDADES/ES

037	Metropolitana da Grande Vitória, à situação da Baía de Vitória, às obras de
038	macrodrenagem e às condições de funcionamento dos sistemas de drenagem e
039	esgotamento sanitário. Também foram mencionadas questões relacionadas ao
040	Plano Estadual de Saneamento, em tramitação na Assembleia Legislativa, bem
041	como os impactos decorrentes de processos de terceirização e privatização dos
042	serviços do setor. O Coordenador da CT de Saneamento Ambiental, Fábio
043	Smarçaro , relatou situações envolvendo a prestação de serviços de limpeza
044	urbana e as condições de trabalho dos profissionais envolvidos. Foram
045	mencionados problemas relacionados ao lançamento de esgoto sem tratamento
046	adequado na Baía de Vitória, inclusive em razão de falhas em estações de
047	bombeamento e de ligações irregulares de edificações públicas às redes de
048	drenagem. Diante da complexidade e da relevância do tema, foi defendida a
049	realização de uma conferência estadual de saneamento, bem como a
050	participação do Conselho Participativo da Microrregião de Água e Esgoto do
051	Espírito Santo nas discussões relacionadas à matéria. Como encaminhamento,
052	foi ressaltada a conveniência de convidar especialistas e técnicos da área para
053	contribuir com os trabalhos da Comissão Temática de Saneamento Ambiental e
054	com os debates do Conselho. Na sequência, os participantes discutiram o
055	modelo de funcionamento das Comissões Temáticas, especialmente quanto ao
056	formato, à periodicidade e à composição das reuniões. A Coordenadora da CT
057	de Habitação, Sônia Mareth , defendeu a priorização de encontros presenciais,
058	considerando que esse formato favorece maior engajamento e efetiva troca de
059	experiências entre os participantes, e sugeriu a realização de capacitação
060	presencial com duração ampliada, destinada ao nivelamento dos
061	conhecimentos dos conselheiros. O representante da Vice-Presidência, Lucas
062	Damm , propôs a realização de quatro eventos temáticos anuais, sendo um
063	relacionado a cada Comissão Temática, em formato híbrido ou virtual, com o
064	objetivo de ampliar a participação de conselheiros residentes no interior do
065	Estado. Por sua vez, o Secretário-Geral, Marlos Lopes , sugeriu a realização de
066	"microconferências" temáticas abertas, com a participação de especialistas
067	convidados, como forma de qualificar os debates e ampliar a participação social.
068	Também propôs que as reuniões ordinárias do Conselho possam ocorrer de
069	forma itinerante, inclusive nas entidades representadas pelos próprios
070	conselheiros, promovendo maior integração entre os participantes e
071	aproximação com diferentes segmentos da sociedade. Durante o debate, foi
072	ressaltado que o formato híbrido, embora amplie a possibilidade de participação
073	remota, tende a reduzir a presença física dos conselheiros e, consequentemente,
074	pode prejudicar a qualidade das discussões presenciais. Nesse sentido, foi
075	manifestada preferência pelo formato presencial, admitindo-se a utilização do
076	formato híbrido como alternativa eventual. Também foi proposta a possibilidade
077	de participação de especialistas e colaboradores externos nas Comissões



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO – SEDURB

CONSELHO ESTADUAL DAS CIDADES – CONCIDADES/ES

078	Temáticas, de modo a ampliar a capacidade técnica e a pluralidade dos debates.
079	Em seguida, foi discutida a necessidade de capacitação e nivelamento dos
080	conselheiros. Sônia Mareth destacou que a ausência de informações adequadas
081	sobre a legislação e as políticas públicas existentes dificulta a formulação de
082	propostas efetivas, mencionando situações verificadas em conferências
083	municipais nas quais propostas já contempladas na legislação foram
084	novamente apresentadas em razão do desconhecimento dos participantes.
085	Marlos Lopes concordou com a necessidade de capacitação e sugeriu que cada
086	Comissão Temática realize levantamento da legislação vigente em seu
087	respectivo eixo de atuação, permitindo aos conselheiros identificar as políticas,
088	planos e normas já existentes, bem como as medidas necessárias para
089	assegurar sua efetiva implementação. Lucas Damm propôs, ainda, a realização
090	de um mapeamento da existência de legislação municipal, fundos municipais,
091	planos locais de habitação, mobilidade e saneamento, bem como conselhos
092	municipais nos setenta e oito municípios do Estado, com o objetivo de construir
093	um panorama da situação institucional e normativa da política urbana no Espírito
094	Santo. Foi sugerida a participação do Instituto Jones dos Santos Neves – IJSN
095	na realização desse levantamento, considerando sua capacidade técnica e
096	disponibilidade de dados estaduais e municipais. Ao final do debate,
097	reconheceu-se a necessidade de estruturar ações de capacitação dos
098	conselheiros e de promover o levantamento legislativo e institucional dos
099	municípios como uma das primeiras ações a serem desenvolvidas pelas
100	Comissões Temáticas. Os participantes discutiram a necessidade de
101	estruturação e fortalecimento institucional do Conselho Estadual das Cidades.
102	Foi ressaltada, ainda, a importância de conferir maior identidade institucional ao
103	Conselho, inclusive por meio da promoção de eventos organizados diretamente
104	pelo ConCidades/ES. Nesse contexto, Marlos Lopes , mencionou que o Espírito
105	Santo foi escolhido como projeto piloto da Rede para Desenvolvimento Urbano
106	Sustentável (ReDUS) para a criação de espaço virtual destinado aos conselhos
107	municipais e estaduais, possibilitando a gestão de convocações, atas, calendário
108	de atividades, cursos e ações de transparência. Jardel Santos reforçou a
109	necessidade de que o Conselho se constitua como espaço aberto de diálogo,
110	capaz de influenciar a agenda urbana estadual e estabelecer interlocução
111	permanente com diferentes atores sociais. Fábio Smarçaro destacou a
112	necessidade de revisão do Regimento Interno do Conselho, tendo em vista sua
113	desatualização em relação à atual estrutura administrativa e às secretarias
114	existentes. Os participantes debateram a importância da participação social e da
115	necessidade de assegurar retorno às comunidades e aos participantes das
116	conferências municipais e estaduais. Fábio Smarçaro destacou que a ausência
117	de informações sobre os encaminhamentos e resultados das propostas
118	apresentadas nas conferências pode gerar descrédito nos processos



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO – SEDURB

CONSELHO ESTADUAL DAS CIDADES – CONCIDADES/ES

119	participativos e desestimular a participação da sociedade. Também foram
120	apontadas dificuldades relacionadas à ausência de uma cultura participativa
121	consolidada, à utilização de linguagem excessivamente técnica em audiências
122	públicas e à insuficiência de mecanismos de escuta ativa por parte dos gestores
123	públicos. Nesse sentido, foi proposta a retomada do contato com os delegados
124	eleitos nas conferências municipais, com o objetivo de informar sobre os
125	encaminhamentos dados às propostas apresentadas. Lucas Damm reforçou que
126	o ConCidades/ES não deve se constituir como espaço fechado em si mesmo,
127	devendo ampliar o diálogo com a sociedade, universidades, instituições de
128	ensino e pesquisa, a exemplo do Instituto Federal do Espírito Santo – Ifes e da
129	Universidade Federal do Espírito Santo – Ufes, bem como com a Ordem dos
130	Advogados do Brasil – OAB e outros conselhos profissionais e entidades
131	representativas. No que se refere à próxima reunião ordinária do Conselho,
132	prevista para o dia dezanove de agosto de dois mil e vinte e seis, foi proposta a
133	organização da pauta em dois blocos principais. O primeiro consistirá na
134	apresentação de um panorama da política urbana estadual, a ser elaborado com
135	a contribuição de especialistas e instituições com atuação na área. O segundo
136	consistirá na apresentação de uma proposta de reestruturação e fortalecimento
137	do Conselho, a ser construída conjuntamente pelos coordenadores das
138	Comissões Temáticas. Marlos Lopes sugeriu a participação do Instituto Jones
139	dos Santos Neves – IJSN e do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Espírito
140	Santo – CAU/ES na construção e apresentação do panorama da política urbana
141	estadual. Lucas Damm comprometeu-se a contribuir para a elaboração do
142	panorama em articulação com o Instituto Jones dos Santos Neves e a promover
143	a interlocução com o CAU/ES. Durante o debate, foi sugerida a utilização do
144	termo "panorama" em substituição a "diagnóstico", considerando que um
145	diagnóstico aprofundado deverá ser realizado em etapa posterior, mediante
146	estrutura e metodologia próprias. Também foi sugerido que as reuniões
147	ordinárias do Conselho contemplem, de forma permanente, um momento de
148	formação e capacitação dos conselheiros e outro destinado à discussão e
149	deliberação dos assuntos submetidos ao colegiado, com o objetivo de tornar os
150	encontros mais produtivos e fortalecer a participação dos membros. Ao final dos
151	debates, foram definidos os seguintes encaminhamentos: I – ao Secretário-Geral
152	do ConCidades/ES, Marlos Lopes , caberá entrar em contato com Mariana Paim,
153	Conselheira do do Instituto Jones dos Santos Neves, para tratar da estruturação
154	do panorama da política urbana estadual a ser apresentado na próxima reunião
155	ordinária; II – caberá ao Secretário-Geral convidar Ivan Rocha para participar da
156	articulação do panorama da política urbana estadual junto ao Instituto Jones dos
157	Santos Neves e ao CAU/ES; III – caberá ao Secretário-Geral criar grupo de
158	whatsapp com os coordenadores das Comissões Temáticas para a elaboração
159	conjunta de proposta de reestruturação e fortalecimento do Conselho, a ser



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO – SEDURB

CONSELHO ESTADUAL DAS CIDADES – CONCIDADES/ES

160	apresentada na reunião ordinária de dezenove de agosto de dois mil e vinte e
161	seis; IV – caberá ao Secretário-Geral iniciar a configuração da página do
162	Conselho Estadual das Cidades na plataforma da ReDus, no âmbito do projeto
163	piloto destinado ao Espírito Santo; V – caberá ao Secretário-Geral encaminhar
164	aos coordenadores das Comissões Temáticas, por correio eletrônico, o
165	Regimento Interno do Conselho; VI – caberá ao Conselho levantar informações
166	referentes à existência e situação dos planos municipais de saneamento,
167	habitação e mobilidade urbana nos setenta e oito municípios do Estado; VII –
168	caberá a Lucas Damm encaminhar ao Secretário-Geral os materiais disponíveis
169	relativos à agenda formativa mencionada durante a reunião, especialmente
170	aqueles relacionados ao evento sobre habitação na Região Metropolitana; VIII –
171	caberá aos coordenadores das Comissões Temáticas – Sônia Mareth, Fábio
172	Smarçaro, Jardel Santos e Ana Paula – articular-se para elaborar proposta de
173	reestruturação do Conselho, contemplando o funcionamento das Comissões
174	Temáticas, a periodicidade das reuniões, a composição dos colegiados e
175	respectivo plano de ação, para apresentação na reunião ordinária de dezenove
176	de agosto; IX – caberá aos coordenadores das Comissões Temáticas iniciar o
177	levantamento da legislação existente em cada eixo temático, abrangendo
178	habitação, saneamento ambiental, mobilidade urbana e planejamento e gestão
179	urbana, nos municípios do Estado; X – caberá aos coordenadores das
180	Comissões Temáticas indicar conselheiros e especialistas externos
181	interessados em contribuir com os trabalhos de cada Comissão; XI – foi
182	programada uma reunião de alinhamento entre os coordenadores das CTs
183	acerca da apresentação de proposta de estruturação do Conselho, a ser
184	realizada no dia 14/08/2026, às 15h, em formato virtual. Por fim, ficou
185	consignado que o fortalecimento institucional do Conselho Estadual das
186	Cidades constitui condição fundamental para o adequado funcionamento das
187	Comissões Temáticas e para a efetividade da participação social na formulação,
188	acompanhamento e avaliação das políticas públicas urbanas no Estado do
189	Espírito Santo. Reforçou-se, ainda, a necessidade de ampliar a articulação entre
190	os conselheiros, os municípios, as instituições de ensino e pesquisa, os órgãos
191	públicos e as entidades da sociedade civil, de modo a consolidar o
192	ConCidades/ES como espaço permanente de diálogo, participação e construção
193	coletiva da política urbana estadual. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi
194	encerrada às doze horas e trinta minutos. Eu, Marlos Lopes, Secretário-Geral do
195	Conselho Estadual das Cidades, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada,
196	vai assinada por mim, pelo Presidente e pelos demais participantes presentes.
197	Vitória/ES, 27 de julho de 2026.

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

MARLOS REGIS DE ARAUJO LOPES
ANALISTA DO EXECUTIVO
SEDURB - SEDURB - GOVES
assinado em 05/08/2026 13:00:31 -03:00

MARCOS AURELIO SOARES DA SILVA
SECRETARIO DE ESTADO
SEDURB - SEDURB - GOVES
assinado em 05/08/2026 13:58:00 -03:00

IVAN LAZARO DE OLIVEIRA ROCHA
CIDADÃO
assinado em 12/08/2026 11:11:46 -03:00

SONIA GLACI MARETH
CIDADÃO
assinado em 10/08/2026 11:14:01 -03:00

JARDEL SILVA DOS SANTOS
CIDADÃO
assinado em 06/08/2026 13:05:26 -03:00

LUCAS DAMM CUZZUOL
CIDADÃO
assinado em 12/08/2026 09:58:06 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 14/08/2026 10:48:55 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por MARLOS REGIS DE ARAUJO LOPES (ANALISTA DO EXECUTIVO - SEDURB - SEDURB - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2026-R6LMRM>